

A feira municipal de São Gabriel da Cachoeira: a produção da localidade e do valor como vínculo¹

The Municipal Market of São Gabriel da Cachoeira: The Production of
Locality and Value as Connection

La Feria Municipal de São Gabriel da Cachoeira: La Producción de la
Localidad y del Valor como Vínculo

Caio do Amaral Mader²

Resumo: O objetivo do artigo é elaborar uma reflexão sobre valor que parte da teoria valor-trabalho marxiana para estabelecer um diálogo com linhas teóricas da antropologia que se debruçam sobre a questão do valor, notadamente Stephen Gudeman e Nancy Munn. Trata-se de uma etnografia feita na feira municipal de São Gabriel da Cachoeira (AM), cidade do noroeste amazônico, em que a venda de produtos considerados “locais” é uma de suas principais características. Menos que uma premissa, a questão da localidade é abordada como um problema de pesquisa, em que coloco em perspectiva as relações sociais estabelecidas no âmbito da feira, sobretudo as que dizem respeito às suas conexões com a cidade e outros locais do entorno. Tendo acompanhado o trabalho de uma revendedora em particular, ajusto o foco para como os vínculos tecidos com fornecedores, consumidores e demais revendedoras constroem a localidade e o valor por meio da extensão de um “espaçotempo” (MUNN, 1992) e a construção de uma “base”(GUDEMAN, 2008).

Palavras-chave: São Gabriel da Cachoeira; valor, localidade; vínculo.

Abstract: The article aims to elaborate a reflection on value that starts from the Marxian labor theory of value to establish a dialogue with theoretical lines in anthropology that address the question of value, notably Stephen Gudeman and Nancy Munn. This is an ethnography conducted at the municipal market in São Gabriel da Cachoeira (AM), a city in the northwestern Amazon, where the sale of products considered “local” is one of its main characteristics. Rather than a premise, the question of locality is approached as a research problem, in which I put into perspective the social relations established within the market, especially those concerning its connections with the city and other surrounding areas. Having followed the work of a particular reseller, I adjust the focus to how the social ties forged with suppliers, consumers, and other resellers construct locality and value through the extension of a “space-time” (MUNN, 1992) and the construction of a “base” (GUDEMAN, 2008).

Keywords: São Gabriel da Cachoeira; value; locality; social ties.

Resumen: El objetivo del artículo es elaborar una reflexión sobre el valor que parte de la teoría marxista del valor-trabajo para establecer un diálogo con líneas teóricas de la antropología que abordan la cuestión del valor, notablemente Stephen Gudeman y Nancy Munn. Se trata de una etnografía realizada en el mercado municipal de São Gabriel da Cachoeira (AM), una ciudad del

¹ Este trabalho contou com o apoio e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Doutorando em Antropologia Social (PPGAS/DAN/UnB). Bacharel em Relações Internacionais (IRI/USP) e mestre em Antropologia Social (PPGAS/FFLCH/USP). Integrante do Laboratório de Estudos em Economias e Globalizações (LEEG/UnB). E-mail: caiomader16@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3344-9894>

noroeste amazônico, donde la venta de productos considerados “locales” es una de sus principales características. Más que una premisa, la cuestión de la localidad se aborda como un problema de investigación, en el que pongo en perspectiva las relaciones sociales establecidas en el ámbito de la feria, sobre todo las que se refieren a sus conexiones con la ciudad y otros lugares del entorno. Habiendo seguido el trabajo de una revendedora en particular, ajusto el enfoque a cómo los vínculos tejidos con proveedores, consumidores y demás revendedoras construyen la localidad y el valor a través de la extensión de un “espacio-tiempo” (MUNN, 1992) y la construcción de una “base” (GUDEMAN, 2008).

Palabras clave: São Gabriel da Cachoeira; valor; localidade; vínculos.

Introdução

O presente artigo é fruto de uma etnografia no âmbito de uma pesquisa de doutoramento realizado na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM), no noroeste amazônico. O principal objetivo é analisar como a localidade é produzida a partir de relações sociais e de que modos podemos entender esse processo em termos de valor. Meu estudo se situa na feira municipal da cidade, destinada à venda de produtos agrícolas cultivados majoritariamente por produtores indígenas residentes na cidade ou no entorno. Foco em minha relação com Linda, uma revendedora migrante da Venezuela que trabalha no espaço da feira na interface entre produtores e consumidores. Exploro o conceito de valor a partir de duas situações etnográficas: (i) a precificação dos produtos como índices de vínculo com produtores, consumidores e revendedores; (ii) a visita a um sítio pertencente a uma das fornecedoras de Linda, onde se cultivam alguns de seus produtos. Na primeira situação, diálogo principalmente com Stephen Gudeman (2008) e seu conceito de “base”, a fim de entender as relações de mutualidade operantes como construção de um “local”, porque opera com noções de quem ou o que é “dali” e o que é “de fora”, variando-se preços conforme essas classificações. Na segunda, argumento que a extensão de um “espaçotempo intersubjetivo” (MUNN, 1992) por meio do estabelecimento de relações sociais importa para que entendamos que a troca comercial não é alienada em termos marxianos. Os vínculos operantes nessa extensão nos apontam para uma

concepção de valor que não se reduz ao mercadológico.

A feira municipal

São Gabriel da Cachoeira é um município do noroeste amazônico localizado na faixa de fronteira entre Brasil, Venezuela e Colômbia. É conhecida como uma das cidades mais indígenas do Brasil, em que 93,2% de seus habitantes se identificam como indígenas³, sendo essa região, do Alto Rio Negro, bastante diversa etnicamente, contando com 23 povos rionegrinos. É também uma região onde se encontra expressiva população migrante latino-americana, sobretudo venezuelanos e colombianos, devido à proximidade geográfica. Essa diversidade é marcada por intensa mobilidade, tanto transnacional quanto entre comunidades indígenas e cidade, o que tem fomentado estudos e pesquisas sobre esses fluxos (CANDOTTI; MELO, 2022; LASMAR, 2005; MORAIS *et al.*, 2022). Este trabalho não deixa de ser a respeito de mobilidades, mas ajusto o foco para aquelas que acontecem no âmbito da feira municipal e lugares com os quais se conecta. Começo, então, por um relato etnográfico de como me aproximei desse espaço e, em particular, de uma revendedora em particular: Linda, uma migrante venezuelana.

Eu frequentava a feira municipal uma vez por semana, aos domingos, geralmente. Localizada em frente à prefeitura municipal, a feira compreende um modesto espaço composto por três tendas piramidais de cor branca sustentadas cada qual por 4 hastes de metal. Sob as tendas, dispõem-se paralelamente entre si longas mesas de madeira na área da calçada de concreto, entre a rua asfaltada e o muro que demarca a propriedade da sede da prefeitura. Os espaços entre cada mesa formam corredores por onde transitam os fregueses, cujos olhos estão voltados às inúmeras mercadorias sobre elas ordenadas: sacos de farinha, tucumãs, pupunhas, abacaxis, mamões, pimentas *in natura*,

³ Informação retirada do Censo de 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22326-indigenas-2.html#:~:text=Os%20tr%C3%AAs%20munic%C3%ADpios%20brasileiros%20com,%2C%20com%2034%2C5%20mil>. (último acesso em: 12/04/2025).

garrafas pet contendo tucupi, pimenta em pó, entre outros tantos gêneros agrícolas.

A feira é setorizada entre merendeiras, artesãs, revendedoras e agricultores, sendo que cada categoria ocupa um conjunto de mesas. O setor das revendedoras é o que compreende as 4 mesas da região central, entre agricultores à direita e artesãs à esquerda. Inicialmente, frequentava a feira como freguês e comprava, comumente, produtos de uma revendedora em particular, Linda. Foram sua abertura à conversa e simpatia para explicar sobre seus produtos e até receitas em que poderiam ser usados que me chamaram a atenção, propiciando que logo eu tivesse uma experiência de comunicação naquele espaço que não fosse marcada pela rapidez e economia de palavras.

Interessado na diversidade tanto de produtos quanto de pessoas presentes na feira municipal, decidi passar de freguês indagador a ajudante de revendedora, sobretudo depois de perceber que a repetição de perguntas sobre valores e procedência tinha um curto alcance em termos de informação. Julgo ser importante mencionar a escolha de aproximação com Linda devido a uma razão metodológica. Inicialmente, essas interações eram breves porque sabia estar tomando tempo das revendedoras, o que também acontecia quando tentava engajar uma conversa com os produtores, do outro lado da feira. Perguntas e respostas curtas eram seguidas por minha compra de algum produto, como agradecimento pela atenção dada. Logo percebi que, se quisesse aprender mais sobre o espaço e quem o frequentava, deveria escolher outra abordagem.

A estratégia que adotei foi perguntar à Linda, quem, entre elas, mais se dispunha a conversar comigo, se podia acompanhá-la em seu cotidiano, desde sua chegada à feira, antes das 7 horas da manhã, até o momento de seu fechamento, às 12 horas, quando todos recolhem suas mercadorias e vão para suas casas, deixando o espaço apenas com as mesas de madeira e as tendas, que nunca são recolhidas. Propus-lhe que a contrapartida para meu estudo seria dispor-me como seu ajudante no que precisasse, muito embora eu não tivesse experiência em comércio. Para minha surpresa, ela logo aceitou meu pedido.

No dia seguinte, já a seu lado, atrás de uma das mesas onde assumi ser sua posição, Linda apontou para os sacos de estopa que trouxera, cada qual com mercadorias como mamões, abacaxis, tucumãs, mandioca, cubios, entre outros frutos regionais, e pediu-me para ajudá-la a colocá-los sobre a mesa. A disposição de seus produtos, longe de aleatória, seguia uma ordem: os mais maduros e de aspecto mais atrativo deveriam ter maior visibilidade, ficando os mais verdoengos ou danificados atrás. Um dos primeiros ensinamentos, então, foi o de construir “montinhos de produtos”, para citar Linda, isto é, empilhá-los de maneira que pudessem ser vistos à distância. Sabendo do meu interesse particular pelas pimentas, porque já havia lhe contado sobre meu projeto de pesquisa, Linda me explicava sobre características dos frutos e de sua comercialização. Logo no primeiro dia, contou-me que, pela sua aparência física, era possível discernir se haviam sido cultivados organicamente ou se eram utilizados adubos químicos, o que estava correlacionado com a procedência de cada uma. Enquanto as primeiras eram produzidas localmente nas roças de agricultores, as últimas eram vindas de Manaus, apresentando um tamanho maior e uma picância menos acentuada. Embora essas fossem encontradas mais frequentemente nos supermercados da cidade, os quais vendiam majoritariamente os artigos que chegavam de balsa desde a capital do estado, era possível vê-las entre os produtos de algumas das revendedoras na feira municipal, fato aparentemente violatório, pois ali, segundo o estabelecido pela prefeitura, deveriam ser vendidos somente produtos locais. Ao contar-me sobre isso, notei que Linda baixava o tom de voz e olhava discretamente para os lados, sugerindo que não queria que as outras revendedoras à nossa volta ouvissem a conversa.

Uma vez organizada a mesa, enquanto esperávamos a abordagem dos clientes, Linda alternava entre contar-me um pouco de sua vida e ensinar-me a respeito do ofício de venda. Natural do município de Atures, Estado do Amazonas, Venezuela, Linda migrou para o Brasil havia 5 anos, abrindo mão de sua vida como professora de biologia no ensino médio de uma escola em Caracas

para buscar melhores condições de vida a ela e ao seu núcleo familiar, seu marido e três filhos adolescentes. Fez a travessia da fronteira por via terrestre e fluvial até São Gabriel da Cachoeira, onde conseguiu um primeiro emprego como caixa de um supermercado. Devido a atritos com seu patrão, decidiu pedir demissão para ser revendedora na feira municipal quando uma outra, que já ali trabalhava, a incentivou a iniciar esse trabalho independente. Então, quando de minha chegada, Linda já havia acumulado uma experiência de dois anos nesse ramo, tendo profundo conhecimento sobre o ambiente comercial da feira.

Dividindo a mesa com Linda, estava Dayrin, também revendedora migrante da Venezuela, que vivia em São Gabriel havia apenas um ano com seu marido, e seus dois filhos ainda crianças. Era muito comum vê-los na feira, assim como filhos de outras revendedoras, que, incumbindo-se da tarefa de cuidado, dividiam sua atenção com o trabalho. Era menos comum que encontrasse seu marido pois ele, assim como outros companheiros das revendedoras, dedicavam-se ao trabalho de circulação pela cidade em busca de produtores para comprar mercadorias a fim de revendê-las. A escolha de aproximar-me de Linda e, conseqüentemente, de Dayrin, fez com que eu entrasse em sua rede de relações, para a qual eu não era mais somente um consumidor. Ao colocar-me como ajudante de Linda, estava, de certo modo, herdando algumas hostilidades dirigidas a ela, assim como a Dayrin, pelo fato de serem “paisanas”, modo pejorativo de como são designados os migrantes venezuelanos.

Ao indagar sobre o preço de compra do fornecedor para a Jiquitaia, Linda me explicou que a adquire a R\$ 40,00 para a maior (500ml) e R\$ 15,00 para a menor (250ml), vindas de uma senhora indígena Baniwa, moradora de Itacoatiara-Mirim, uma comunidade indígena atualmente multiétnica localizada a 11km do centro da cidade, às margens da BR 307 e fundada por indígenas Baniwa emigrados de suas comunidades no início da década de 1990. Disse-me também que o preço de revenda não era constante por duas razões: nas épocas de menor incidência de chuvas, é comum

que as pimentas fiquem mais escassas porque as plantas esturricam ao sol intenso, diminuindo sua oferta. Um segundo motivo é uma discricionariedade sua, enquanto revendedora, que deflaciona seu preço a depender do cliente. Se são turistas ou pessoas não-indígenas residentes, em geral vindas de outros estados por motivos profissionais, vende a um preço mais elevado. Se são famílias indígenas, que consomem pimenta cotidianamente, sobretudo *in natura*, item tão essencial quanto a farinha de mandioca, o preço é menor. A importância alimentar da pimenta em âmbito regional era percebida também pela quantidade de copinhos vendidos. Eram vários em um dia de feira e, enquanto ajudante, minha função era despejar as pimentas dentro de sacolas plásticas para que o cliente levasse, além de receber o pagamento, e devolver o troco devido, quando era o caso.

Eram recorrentes minhas perguntas sobre preço de compra porque estava interessado em entender a margem de lucro que obtinha e, ao fazê-las, sempre percebia um leve constrangimento na resposta. Isso porque não apenas eu indagava sobre um aspecto pessoal de sua vida financeira, mas também porque o lucro de quem revende era parte das tensões da feira, como se fosse uma afronta à sua própria razão de existência. Quando de sua criação pelo poder público municipal no início da década de 90, a proposta era que ali fosse um ponto onde produtores indígenas pudessem vender sua produção e assim garantir uma fonte de renda, além da subsistência. A localização da feira, à época, era em outro bairro, o da Fortaleza, próximo a um dos portos da cidade, o Queiroz Galvão, um dos principais pontos de atracamento de pessoas vindas de comunidades indígenas fora do meio urbano. Ao longo do tempo, no entanto, a feira não só mudou de lugar, mas também se diversificou para além de produtores, agregando, entre as categorias já mencionadas, a das revendedoras.

Se, por um lado, fazia perguntas à Linda sem o constrangimento inicial, por outro, meu trato com os clientes parecia um desafio maior. Era dificultoso equilibrar minha função de ajudante, dizendo os preços de mercadorias às pessoas que perguntavam, ensacando a mercadoria

comprada e, ao mesmo tempo, tentar indagar os compradores sobre suas preferências sem enfadá-los a ponto de demover seu interesse pelos produtos de Linda. Porém, ela mesma, percebendo tais hesitações, tomava a iniciativa quando da interação com algum freguês e me apresentava como o “pesquisador de pimentas”, perguntando-lhe se eu poderia fazer algumas perguntas. Uma dessas pessoas foi Patrícia, moradora local, enfermeira de um dos postos de saúde da cidade, e filha de uma senhora indígena da etnia Tukano, D. Hermínia, fornecedora de Linda havia um ano, aproximadamente. Reparei que elas já haviam construído certa intimidade, pois conversavam mais amistosamente, indagando-se sobre o bem-estar de seus respectivos parentes. Quando Linda nos introduziu, decidi variar as perguntas que vinha fazendo até o momento com alguns clientes, que se reduziam a entender o uso culinário de pimentas, ao que respondiam, geralmente, com sua imprescindibilidade no preparo da quinhampira. Dessa vez, escolhi começar com outra pergunta: “se a pimenta pudesse contar a você uma história, qual lhe contaria?”

Prontamente, Patrícia me respondeu: “meus avós”. Contou-me que, desde a tenra infância, convivia muito frequentemente com sua mãe em seu sítio, localizado próximo à cidade. Ajudava-a nos cuidados com a roça, sendo a colheita da pimenta “olho de passarinho” uma de suas funções, uma vez que era recorrente na alimentação. Enquanto se dedicava a essa tarefa, ela e sua mãe conversavam e lhe contava histórias dos seus avós, falecidos quando ela era ainda jovem. Seu aroma, segundo ela, traz imediatamente as reminiscências daquela época e um lamento pela geração de seus dois filhos adolescentes que já não mais desfrutavam da “natureza” como ela pôde, porque mais imersos no meio urbano e com alimentação cada vez mais acessível de processados e ultraprocessados.

No entanto, ela procurava lidar com essas mudanças levando, quando podia, seus filhos ao sítio da mãe, para que “não se esqueçam da onde vieram” e assim “darem mais valor”, conforme me disse. Finalizou a conversa me contando que essa labuta na roça ainda continua, sobretudo

porque a idade avançada de sua mãe traz limitações, e que é devido a esse trabalho que aprendeu sobre alguns mitos de criação do mundo, contados por sua mãe, bem como técnicas de plantio, como adubação orgânica do pé de pimenta com casca de mandioca. Em sua casa, na cidade, diz que mantém um jardim onde cultiva, entre outras plantas, pés de pimenta e que tem o hábito de conversar com elas. Linda riu e confessou ter o mesmo hábito com suas plantas e que, naquele momento, estava cultivando um pé de pimenta cuja muda lhe fora dada por um amigo, assim esperava que não dependesse tanto de fornecedores. Por fim, Patrícia, convidou-me para que um dia visitasse o sítio e conhecesse sua mãe, se fosse de meu interesse, dizendo sobre a bela paisagem e da presença de pedras com petroglifos⁴, essas últimas também presentes na região de nascença de Linda, como ela mesma acrescentou.

Assim que Patrícia seguiu com suas compras, Linda contou-me que, de fato, era um lugar que valia a pena conhecer pois já estivera lá duas ou três vezes para comprar diretamente de D. Hermínia, uma vez que sua vinda à feira era inconstante e, mesmo quando vinha, não trazia consigo tantas mercadorias. Era comum também que fizesse compras com outros fornecedores em seus sítios para que conhecesse o local de produção de modo a avaliar a paisagem, levando em conta fatores como, por exemplo, o tipo de solo e as condições hídricas (presença de igarapés). Seus limões, segundo ela, eram particularmente suculentos porque o terreno onde seu fornecedor os cultivava era cortado por dois igarapés, além de ser margeado pelo rio Negro, o que lhe propiciava uma elevada disponibilidade de água no solo e, conseqüentemente, favorecia maior volume de suco no fruto.

Ser pesquisador-ajudante era uma valiosa oportunidade para aprender sobre essas relações que eram estabelecidas com as procedências dos produtos. Foi também valiosa por me mostrar

⁴ Petroglifos são gravuras ou esculturas feitas em rochas ou pedras. São considerados um tipo de arte rupestre. Para maiores informações a respeito, ver Valle (2012).

o quanto de deslocamento era demandado de revendedoras e produtores. Com efeito, a função de conectar e deslocar estava presente desde os primórdios da feira, como me contou Marcelino Massa, da etnia Desano, originário do distrito de Taracuá e morador na cidade havia vinte anos. Segundo seu relato, a feira remonta ao ano de 1995, quando do primeiro mandato do prefeito Juscelino Otero Gonçalves (1993-1996). Uma de suas iniciativas na governança municipal foi a criação de uma feira por meio da qual fosse possível aos agricultores indígenas ter uma fonte de renda através da venda dos produtos cultivados em suas roças. O local escolhido para criá-la foi nas adjacências do porto Queiroz Galvão, um dos principais portos de atracamento da cidade, com intenso fluxo de aportamento de pequenas embarcações de pessoas vindas de suas comunidades e de empresas de transporte fluvial, que fazem o trajeto até Manaus passando pelos municípios vizinhos de Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro.

A feira contou com parceria, à época, do governo estadual do Amazonas por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amazonas (atualmente nomeado Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM), o qual manteve a sigla de sua instituição antecessora, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas – EMATER/AM, criada em 1977 e vinculada à Secretaria de Estado de Produção Rural e Abastecimento – Sepror, e associada à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater. Sua principal função, ao lado da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI, também parceira da feira, era de logística: enquanto EMATER dava apoio com embarcação, levando e trazendo os produtores do entorno da cidade, a FUNAI se responsabilizava pelo transporte terrestre na rodovia BR -307, à margem da qual se localizam sítios de agricultores indígenas.

Já no início dos anos 2000, a feira mudou de lugar e se instalou na frente da sede da prefeitura municipal, onde se localiza atualmente. Durante esse tempo, ainda conforme seu relato,

a feira foi reunindo cada vez mais “atravessadores”, isto é, revendedores, sendo a maioria mulheres.

O barco da EMATER de que nos fala Marcelino, bem como o caminhão fornecido pela FUNAI, são exemplos de como a feira conecta espaços e fazem circular pessoas e mercadorias. Na atualidade, embora a feira tenha se deslocado para o centro da cidade, a conexão com o porto, tanto quanto com a BR 307, continua.

Precificação como índices de mutualidade

A feira é um local de venda de produtos considerados “locais” ou “regionais”, como iniciativa da prefeitura municipal de valorização da produção agrícola da cidade de São Gabriel da Cachoeira, que ainda depende de importação de alimentos da capital, os quais são comercializados nos estabelecimentos comerciais, como supermercados, mercearias e estabelecimentos de pequeno porte. Um dos primeiros ensinamentos de Linda foi justamente o de diferenciar, com base nas características físicas dos frutos e farinhas, os locais dos “de fora”, associando esses últimos com um modo de produção menos orgânico e, conseqüentemente, menos saudável e saboroso.

A delimitação da localidade tanto para pessoas quanto produtos tornou-se um ponto central na compreensão de quais relações estão em jogo para que ela seja construída. Como ponto de partida, segui Bronislaw Malinowski e Julio de La Fuente (1957) em sua não tão conhecida etnografia de mercados populares no México, na qual já alertavam para uma necessária abordagem científica que fosse além de mero inventariado dos produtos vendidos, ainda que essa tarefa seja por si mesma bastante informativa. Ao etnógrafo, segundo eles, cabe transpor esses dados iniciais a fim de entender posições sociais, procedências das mercadorias, distâncias percorridas por aqueles que frequentam o mercado, seus modos de vida e consumo. Esse entendimento metodológico é também consequência de uma maneira particular de entender o espaço dos mercados: menos que sistemas fechados de distribuição, eles conduzem o pesquisador a outros lugares e trajetos, sejam

as próprias casas das pessoas que por eles circulam, sejam as rotas comerciais utilizadas. Como sintetizam, os mercados são onde se toma o “pulso econômico” de uma região, desde onde se pode seguir as “correntes de sangue” que entram e saem (MALINOWSKI; DE LA FUENTE, 1957, p. 20). De modo similar, Clifford Geertz (1979), em sua pesquisa sobre o bazar em Sefrou, cidade localizada em Marrocos, sublinha o caráter conectivo entre pessoas e lugares que o mercado exerce, o que se torna ainda mais evidente nas investigações de sua origem: Sefrou, entre os anos 900 e 1900, foi menos um centro do que um entreposto entre “economias remotas” do continente africano (p.129).

Esse enfoque sobre a conexão trazido pelos autores é particularmente interessante como aporte reflexivo porque, em relação à feira municipal, esse deslocamento de pesquisador-freguês para pesquisador-ajudante foi fundamental para atentar as diversas conexões operantes, entre pessoas e produtos, mas também entre espaços, processos esses mediados pelo trabalho. No caso de Linda, embora ela não fosse produtora daquelas mercadorias, é fundamental entender como a forja de vínculos criados com produtores e fregueses para que atue como revendedora e assim tenha fonte de renda fazem dos produtos parte de uma localidade. Isto é, não obstante seu caráter como mercadorias, eles não estão totalmente desvinculados de vínculos que o conceito de “alienação”, tal como teorizado por Karl Marx (2023) sugere. Essa criação e manutenção de vínculos por meio do trabalho é também, como pretendo argumentar, a construção de uma localidade. A atenção para a alienabilidade é uma cautela importante, como adverte Marilyn Strathern (2013) em sua densa análise sobre o matrimônio nas terras altas da Papua Nova-Guiné. A autora coloca em perspectiva a projeção irrefletida da dualidade entre sujeito e objeto no corolário ocidental, usada como lente analítica para entender a riqueza trocada pela noiva. Para a autora, essa troca não deveria ser interpretada como uma redução das mulheres à condição de propriedade, porque elas não são alienáveis nos termos de uma mercadoria. A equivalência entre elas e a riqueza, longe de objetificá-

las, está num sistema de dádivas em que a mulher, como “pessoa” e não “coisa”, é metáfora do clã de origem, tecendo relações produtivas entre este e o de destino.

Vou a uma breve explicação da teoria marxiana sobre valor, pois me interessa partir dela, sobretudo o papel de certa noção de tempo na produção do valor, para assim dialogar com meu argumento. Karl Marx em sua seminal obra “O Capital” (2023), cujo capítulo primeiro já nos apresenta o conceito de “mercadoria”, para o qual as relações sociais subjacentes à sua produção são fundamentais. Segundo ele, para que um objeto seja uma mercadoria é necessário que nele esteja contido mais do que seu valor enquanto algo útil, seu “valor de uso”. É preciso que haja nele também um “valor de troca”, isto é, um valor de uso para outrem, não para o indivíduo que o produziu. Daí decorre o que nomeia de “dupla forma” da mercadoria: a forma natural e a forma valor. Esta última forma é o que confere seu caráter essencialmente social, porque não há nada do ponto de vista de sua concretude que aluda a quanto vale. Ele advém do trabalho nela investido e, como tal, seu valor somente pode se manifestar “numa relação social entre mercadorias” (*ibid*, p. 172). Concluimos que o caráter social, na forma de trabalho investido, e o valor de troca que dele decorre, segundo Marx, é a origem de uma mercadoria.

Outro aspecto importante da diferença entre valor de uso e de troca é seu espelhamento entre o trabalho concreto, este relacionado com a produção da mercadoria, originário de seu valor de uso, e o “trabalho geral abstrato”, o qual remete não à natureza ou qualidade do trabalho para determinado bem, mas sim à sua faceta essencialmente social e quantitativa em termos unidade de tempo de trabalho. Isso significa que, para se chegar a uma equivalência de valor de troca entre mercadorias diferentes em contexto capitalista é necessário que ambas tenham a mesma quantidade de tempo de trabalho “congelado” ou as mesmas “medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado”, como diz Marx (2023, p. 163), independentemente de seu aspecto qualitativo e, por isso, abstrato. O tempo de trabalho, nesse sentido, funciona como unidade de mensuração de valor,

ainda que a equiparação seja entre trabalhos de tipo totalmente distintos. Mercadorias, portanto, à luz da teoria marxiana de valor, são incorporações de trabalho humano.

Essa teoria, conhecida como valor-trabalho, enxerga a mercadoria como uma condição inerente bifurcada em seus dois valores, de uso e de troca, e não como um estado mutável a depender do contexto social em que se insere (APPADURAI, 2019; TSING, 2013). Essa diferenciação é importante para meu argumento: são as relações sociais, situadas no espaço e no tempo, que constituem uma localidade e criam valor. Para discutir essa questão, tomo dois exemplos etnográficos: o primeiro diz respeito a como os preços de mercadorias nos dão pistas sobre vínculos entre vendedor e comprador, já o segundo trata de uma visita a um sítio feita por mim e Linda, cuja dona é uma de suas fornecedoras. Esse relato traz à tona relações com diferentes locais com os quais o sítio se conecta, incluindo a feira. As conexões evidenciadas pelas histórias contadas são, como pretendo demonstrar, parte de uma forja de vínculos e de criação de valor por meio da extensão do “espaçotempo” (MUNN, 1992).

Certo domingo, enquanto não havia nenhum freguês a ser atendido, Linda dedicou-me um tempo para me explicar os desafios de se criarem laços de confiança. Entre os fornecedores, havia os fixos e os variáveis, alguns deles também vendedores na feira, no espaço a eles reservado, o que explicava as constantes idas de Linda ao outro setor para negociar a compra de produtos que ela julgava de qualidade, não sendo necessariamente uma relação longa de confiança. Outros, por outro lado, já a conheciam e com ela tinham uma relação amistosa. Contudo, era também preciso uma certa dose de cautela, na medida em que as demais revendedoras alternavam entre comportamentos solidários e hostis. Já falamos sobre a solidariedade no caso da “cobertura” em eventuais ausências. Agora, tratemos das hostilidades.

Indagando à Linda sobre como isso acontecia na prática, disse-me que, por várias vezes, soube que outras abordaram discreta e propositalmente alguns de seus fornecedores fiéis

oferecendo-lhes por suas mercadorias um preço maior do que o que ela normalmente lhes pagava. A princípio, ponderei que poderia haver chance de não ter má-fé, visto que as abordagens para negociação são parte do trato entre elas e produtores, ao que Linda replicou não ser o caso, devido à sua consciência do preço oferecido. Por conhecer a média dos preços de cada produto vendido na feira, ela sabia que, com certas ofertas de preço elevadas não seria possível obter lucro, porque o valor de revenda ultrapassaria essa média, tornando-o menos atrativo aos fregueses. Segundo ela, calculou que a pessoa o fizera mesmo sabendo do prejuízo, o que não deixa dúvidas quanto ao intento de tirar-lhe o fornecedor. E, embora soubesse quem delas já havia feito semelhante ato, mantinha a simpatia e a disposição para auxílios diversos pois não queria lhes evidenciar sua decepção.

Aproveitei e perguntei a ela se fazia ofertas de preço a fornecedores que nem sempre visavam lucro, ao que respondeu afirmativamente, dizendo-me que havia situações em que comprava mercadorias de determinado fornecedor(a) nas quais não tinha interesse econômico, pois sabia de antemão que não lhe renderiam financeiramente para revenda, mas sim um interesse de forjar um vínculo. Ou seja, diante de uma oportunidade de ajudar a “dar saída” a certo produto, ela sabe que será lembrada por ele(a) numa oportunidade futura, podendo comprar-lhe novamente ou sendo um meio de chegar a outras famílias produtoras. “Recuerdá-te quien te dio la mano”, disse-me para expressar a expectativa de fidelidade (“lembre-se de quem te deu a mão”).

No que diz respeito à clientela, Linda também me explicou como operava variações de preço. Em outra oportunidade em que atuava ao seu lado na feira, reparei que vendera suas pimentas in natura, as quais são vendidas em copos de plástico descartáveis de 200ml, por preços diferentes a fregueses distintos, embora fosse a mesma quantidade. Ante minha indagação, disse que algumas pessoas que comprem com ela são fornecedores, seus parentes ou ainda pessoas com quem não têm vínculos, mas sabe que são de uma condição socioeconômica desfavorável e que, como

indígenas, usam pimenta em abundância na sua alimentação diária. Para esse grupo, faz preços mais reduzidos. Em oposição, havia aqueles para quem fazia o que ela falou jocosamente como “precio de gringo”, um valor mais elevado para pessoas “de fora”, que compreendem militares, profissionais de ONGs e órgãos públicos e até turistas nacionais e estrangeiros, majoritariamente pessoas brancas e de maior poder aquisitivo. No meu caso, não obstante estivesse também no grupo “precio de gringo”, reparei que, conforme avançava nesse acompanhamento como seu pesquisador-ajudante, os preços de alguns produtos que eu costumava comprar foram diminuindo, enquanto outros passaram a ser brindes quando a feira terminava, por volta das 13h, e não lhe compensava tentar vendê-los no dia seguinte.

Esse manejo de preços conforme a relação em questão, se é com freguesia, produtores ou colegas de trabalho, vai ao encontro do que Arjun Appadurai (2024, p. 5) chama de “razão agrícola”, conceito formulado a partir de sua pesquisa em meio a agricultores indianos e que exprime “formas de razão que têm um caráter universal na busca ativa de bens publicamente reconhecidos, mas que assumem a forma de lógicas, linguagens e crenças culturais altamente distintas”. Ele se opõe à ideia de que todo e qualquer comportamento calculista fosse inerentemente burguês-capitalista, como uma oposição exagerada entre modos de pensamento ocidentais e não-ocidentais. O ponto não é que o calculismo esteja ausente em outros povos, mas sim que ele é “culturalmente incorporado e articulado” (*ibid*).

No caso da feira, essa razão se traduz em cálculos não necessariamente voltados à obtenção de lucro que, mesmo quando o são, sua obtenção é combinada com outros aspectos morais e interesses envolvidos na relação de transação. Por um lado, a abdicação do lucro pode ocorrer em práticas de boicote ou mesmo para fidelizar um fornecedor que enfrenta dificuldades com um produto específico. Por outro, existe a variabilidade de preço e, consequentemente, de lucro, para um mesmo produto a depender da pessoa compradora.

Essa maleabilidade dos preços desloca preocupações eminentemente centradas na relação oferta-demanda e nos aponta outras direções para podermos divisar a constante construção de uma “base”, nos termos de Stephen Gudeman (2008), em suas múltiplas negociações e tensões. Basicamente, Gudeman defende a ideia de que a economia é constituída por “dois domínios de valor” (*two value domains*), dialeticamente conectados e frequentemente em relação de tensão, a saber, o da mutualidade, marcado pela pessoalidade e manutenção de relações sociais e o do comércio, caracterizado pela impessoalidade. As cominações entre ambos os domínios são contingenciais e manejáveis, sendo combinadas qual um espectro, em que as divisões raramente são claras. A base, seguindo sua explicação, é um dos constituintes do domínio da mutualidade e se define como uma conjunção entre elementos materiais, como recursos e ferramentas, e imateriais, que constituem uma identidade, sendo contingencial, localmente especificada, porém sem se resumir ao ambiente bruto (*ibid*, p.28).

A feira, como “base”, é permeada pelas tensões, sobretudo por combinar mutualidade e comércio de modos específicos. Há tensões em diferentes níveis: pelo fato de ter sido idealizada como uma feira especificamente voltada à geração de renda de produtores, as revendedoras que se instalaram se viam obrigadas a lidar com certa hostilidade de funcionários da prefeitura, incumbidos de fiscalizar a procedência dos produtos. Ouvi comentários depreciativos em relação à revenda tanto por parte desses funcionários quanto por parte de alguns produtores com quem brevemente conversei, sendo comum a ideia de “ganhareem em cima” de quem tem roça. Não obstante, havia complacência dirigida à revenda. Alguns produtores viam vantagem em vender em atacado sua produção, poupando-lhes tempo, e, da parte da prefeitura, havia uma tolerância instaurada, uma vez que a despeito de eventuais hostilidades não se coíbia o setor de revenda. No que diz respeito ao âmbito interno da revenda, como também vimos, havia tensões entre elas, permeando questões de nacionalidade inclusive, sobretudo por perceber que havia algum distanciamento das brasileiras

em relação a Linda e Dayrin, as únicas revendedoras venezuelanas.

Essas diferentes tensões, como parte da “base” se desdobram em questões que demarcam o “dentro” e o “fora”, constantemente negociados e, frequentemente, coexistentes. Desde minha própria posição como pesquisador-ajudante, posterior à condição de pesquisador-freguês, observava essas relações de mutualidade e comércio em que preços e obtenções ou não de lucro eram qual índices que denotavam as fronteiras de relacionamentos nessa base, conectando a feira a outras pessoas e espaços. Aqueles entendidos como “brancos”, ainda que fossem brasileiros e tivessem residência na cidade, não pagavam o mesmo preço de pessoas consideradas “locais”. No meu caso, ainda que fosse inicialmente tão “gringo” quanto aqueles, a redução de preços ao longo do tempo me sugeriu a forja de um vínculo não só com Linda, mas com aquele espaço, o que inclui hostilidades e diferenças. Como o próprio Gudeman reconhece, a reciprocidade implica uma possibilidade de compartilhamento de “base”:

On the other hand, reciprocity is not a completely uncertain act, because participants usually have some knowledge about the mutual responses of others or extend it to gain that knowledge and a relationship. Reciprocity is an overture - a supplication and response - of identity and base sharing (GUDEMAN, 2008, p. 41).

Pertencer a uma base ou com ela se relacionar, menos que um pertencimento em sentido estrito ou estanque, trata-se de estabelecer vínculos sociais que, certamente, implicam riscos e cálculos, porém não se confundem com os riscos de mercado. Sua imprevisibilidade inerente advém da possibilidade de rompê-los. As práticas de solidariedade, bem como de hostilidade, operantes entre as revendedoras, da mesma forma que a moralidade em torno de quem o espaço da feira é mais legitimamente ocupado, no que concerne às tensões com produtores e a prefeitura, são negociações cotidianas que evidenciam as fronteiras móveis dessa “base” e do pertencimento. Argumento que a localidade não é uma premissa, mas uma construção dependente da forja desses

vínculos diversos e nos quais se situam os produtos comercializados. Ser um produto local, portanto, tem a ver com pertencer a essa base por meio de relações, que não se limita ao contorno físico da feira, mas que se estendem pelo “espaçotempo” (MUNN, 1992). Na próxima seção, mantenho a preocupação de discutir relações de mutualidade, mas atentando para uma interface com noções de “valor” e de extensão do “espaçotempo” a partir de relato etnográfico em que narro uma visita a um sítio de uma de suas fornecedoras.

Visitando o sítio de D.Hermínia: estendendo o espaçotempo

Certa vez, eu e Linda visitamos o sítio de D. Hermínia, sua fornecedora e mãe de Patrícia. Linda já o havia visitado, não só porque era uma maneira de comprar sua mercadoria, mas também por ser o “contato com a natureza” uma forma de “recarregar as energias”, como me dissera.

O local estava situado a aproximadamente uma hora do centro da cidade, próximo ao porto de Camanaus, o principal da cidade, na margem do rio Negro que lhe é oposta, sendo, portanto, Terra Indígena demarcada, a TI Médio Rio Negro I. Saímos bem cedo para pegar o ônibus que percorre a estrada de Camanaus, desembarcando em um ponto já relativamente distante da cidade e onde se abre um ramal em meio à floresta, percorrido a pé. Depois de aproximadamente 30 minutos de caminhada, chegamos à margem do rio, na qual o irmão de Patrícia nos esperava com seu barco para fazer a travessia de mais ou menos 15 minutos até o outro lado, onde se encontrava o sítio.

Entre os vários fatos que transcorreram ao longo do dia, marcou-me a relação de afeto que Linda mantinha com Patrícia e sua mãe, D. Hermínia, a qual atravessava a relação comercial, tanto que Linda não foi embora ao fim do dia sem comprar alguns produtos da roça de D. Hermínia.

Chegando na roça, Patrícia me mostrou com orgulho um vistoso pé de pimenta cuja muda lhe fora dada por Linda como presente, um destaque espontâneo que fizera em meio a vários outros

cultivos porque eu era conhecido como o “pesquisador de pimentas”. Momentos depois dessa caminhada, fomos tomar um banho de rio, onde ficamos eu, ela e Patrícia conversando, sendo a primeira vez que Linda falou sobre sua ascendência indígena, a qual sua mãe, muito católica, preferia não incentivar. Falou também como se divertia quando criança no sítio de sua família. Uma de suas memórias, por exemplo, suscitada enquanto nos banhávamos, foi do filhote de jacaré que tivera de estimação, o que muito me espantou e provocou risos de Linda.

Ainda ali, comemos frutos do “Inajá”, uma palmeira da região amazônica. Linda contou-me que este era um alimento também presente na Venezuela, conhecido como “cucurito”, em espanhol. O curioso é que, segundo ela, lá este não é um alimento valorizado para humanos, porque é usado como ração para porcos. No entanto, passou grande parte de sua infância na área rural e seu irmão mais velho, já falecido, colhia os cachos mais vistosos para comerem juntos. Confessou-me que chorou muito ao ver inajás em São Gabriel, pois imediatamente se lembrou dele e reviveu a dor da perda, já que ele falecera ainda jovem por afogamento no rio. “Viajei”, disse ela, referindo-se às memórias suscitadas. Disse-me, ainda, que via certa ironia no trabalho de feirante que nunca imaginou que desempenharia; muitos dos gêneros agrícolas que ora vendia eram consumidos por ela em sua infância e juventude em abundância sem mediação pelo comércio, porque ou eram obtidos diretamente do ambiente ou eram trocados em relações de vizinhança e intimidade. “Agora me sustentan”, afirmou.

Patrícia também nos contou brevemente histórias de seu passado que se relacionavam com o sítio onde estávamos. Contou-nos que, quando criança, no período de férias escolares ajudava sua mãe na roça e na feira municipal, vendendo a produção e assim tendo dinheiro para a compra de seu material escolar. Atualmente, além da venda para Linda, parte dos limões colhidos era levada por Patrícia à sua filha mais velha em Manaus, que é dona de uma lanchonete onde se vende, entre outras bebidas e lanches, limonada feita de seu suco. Segundo ela, não se encontram

em Manaus limões como aqueles. Por fim, falou-nos sobre seu sobrinho que cursava agronomia justamente por influência da avó e a convivência no sítio.

Dirigir-me a uma das origens dos produtos de Linda, fez com que eu entrasse em contato com histórias de outros lugares e tempos, particulares a cada uma delas. As narrações em determinados pontos do sítio ou no caminho para ele moveram-me a refletir sobre a interrelação entre lugar, tempo e valor. Um primeiro aporte conceitual dessa proposta reflexiva é a noção de “escrita topográfica”. Originalmente cunhado pelo antropólogo Fernando Santos Granero, esse conceito é mobilizado por Stephen Hugh-Jones (2016) para analisar as mito-histórias de origem do mundo segundo povos pertencentes aos troncos linguísticos Arawak e Tukano do noroeste amazônico. Basicamente, ele expressa como iconografia não se limita a padrões de cestaria e desenhos, abrangendo também elementos da paisagem onde ocorreram importantes eventos ou por onde passaram entidades míticas contadas nas narrativas orais, de modo que percorrer a paisagem é acompanhar o enredo de uma história. A temporalidade dessas narrativas, segundo ele, é marcada por outras formas de se pensar o tempo, nas quais a linearidade se combina com a circularidade e cuja estrutura, longe de estanque é sempre mutável, incorporando ao mito fatos históricos. Isso é patente pela presença de personagens brancos, como missionários e agentes coloniais, que se tornam presentes nos mitos sobre a origem do mundo e, por isso, refletem uma passagem do mito à história. Esse entendimento marcado pela transformação é também sublinhado por Barbará (2024, p. 6), que, ao analisar mitos de origem da humanidade do noroeste amazônico, conclui que “a relação entre mito e história não se caracteriza como uma oposição rígida, mas como uma relação na qual as transformações acontecem através das ações humanas no cotidiano da vida coletiva”.

Inspiro-me na “escrita topográfica” não para enquadrar as histórias que ouvi como mitos, mas como ferramenta para compreender a relação entre espaço e tempo para certas noções de valor. A ida ao sítio, bem como os deslocamentos que lá fizemos, são acompanhados de algumas

histórias nas quais outras épocas, tanto quanto outros lugares e pessoas, como Venezuela e Manaus, aparecem como memória em história narrada. Que “valor” é possível depreender desse contexto?

A teoria do valor-trabalho marxiana opera com uma noção de temporalidade bastante precisa: o valor de troca de uma determinada mercadoria é equivalente ao tempo de trabalho abstrato incorporado, isto é, uma média de tempo calculada para a produção desse bem em determinada sociedade. O trabalho, portanto, é traduzido em tempo, que estaria materializado na mercadoria pronta, podendo os preços divergir de seu valor “real”. Desde sua formulação, são apontados limites de sua aplicabilidade e premissas, destacando-se dois “apriorismos” fundamentais: (i) a economia e criação de valor como circunscritos à esfera da produção; (ii) mercadoria como uma condição e não como estado temporário (APPADURAI, 2019, p. 22). Não cabe aqui discorrer sobre as inúmeras críticas ou validações à sua teoria, mas manter sua ideia de tempo de modo a estabelecer diálogos com outras linhas teóricas acerca da problemática do “valor”. Menos do que um atributo inerente a um objeto ou a uma fase do processo econômico (produção, circulação, troca e consumo), há nuances que permitem pensar o valor nos entremeios e nas relações situadas espacial e temporalmente.

A interface entre valor e “espaçotempo” fica mais clara com o trabalho de Nancy Munn (1992) em sua pesquisa na ilha de Gawa na Melanésia, uma das ilhas participantes do circuito de trocas Kula, etnografado por Bronislaw Malinowski (GRAEBER, 2001, p. 45). O argumento de Munn é que as conchas, longe de circularem em um espaço-tempo previamente dado, têm sua circulação realizada em espaço-tempo no qual os sujeitos são agentes ativos em sua construção. Essa concepção é fundamental para a compreensão de sua teoria de valor uma vez que o caráter construtivo particulariza o espaço-tempo em um “espaço-tempo sociocultural” (“sociocultural spacetime”), o qual se faz como um parâmetro de valor. Segundo ela, o valor se ancora numa ação ou ato por meio do qual se expande o que chama de “espaço-tempo intersubjetivo” (“intersubjective

spacetime”), definido como um espaço-tempo de relações de alteridade formado por meio de práticas (*ibid*, p.9). O foco de Munn é na ação como valor. Nesse sentido, o circuito de trocas do Kula é um regime de dádiva em que o ato de trocar é contextualizado: a ação de troca que gera expectativa de reciprocidade é também conectora de espaços (distâncias geográficas entre ilhas) e tempos (duração e frequência das trocas) entre sujeitos. O valor, menos que residir substantivamente no objeto, está lastreado no potencial das práticas ou atos que estendem e transformam o “espaço-tempo” de maneira interinsular, para além de Gawa, formando uma “extensão do self” (p.12). É por isso que Munn sublinha a importância para um gawense de ser lembrado: ao estender seu self por meio da ação de trocar, existe a expectativa de nova viagem de retorno daquele que foi receptor da dádiva, do objeto que emana algo do seu doador, para retribuição futura.

Além do trânsito interinsular, há o “kula speech” (“discurso do Kula”, tradução minha), outra dimensão por meio da qual as conchas trocadas são valoradas. Trata-se das conversas e troca de informações que correm em paralelo às trocas de concha e que remetem às suas histórias de procedência e de seus doadores, informações essas que são de conhecimento valioso para os viajantes. Quanto mais um nome circula junto às conchas, mais famosa se torna a pessoa, mais estendido seu espaçotempo e, por conseguinte, maior sua capacidade de ter conchas e as trocar. A “fama”, que inclusive dá título ao livro, decorre justamente dessa circulação.

A experiência de visita ao sítio, híbrida entre trabalho e lazer, dádiva e mercado, mostra como uma origem, isto é, de onde vêm certos produtos vendidos por Linda, é desdobrada em relações entre pessoas e lugares distintos. Menos que plotá-los, qual pontos em mapa, interessa perceber como se conectam e como as conexões expressam relações “espaço-temporais” de valor. Conforme nos deslocávamos pelos espaços do sítio, as histórias eram contadas, fosse sobre lá ou alhures. As histórias sobre aquele local, como “escrita topográfica”, são abertas a conexões e mudanças, mostrando as relações do sítio com o município de Atures, na Venezuela, onde Linda

nasceu, bem como com a feira municipal em São Gabriel e a capital, Manaus.

Entendo que a fala de Linda sobre ser hoje sustentada financeiramente com o que comia por meio de relações de dádiva ou obtenção direta da natureza expressa um valor não-mercadológico ainda presente. Ao dizer que eles agora a “sustentam”, inferindo a renda financeira obtida pela revenda, não exclui que também sejam o que a conecta com novas pessoas e lugares em uma nova “base”. As histórias contadas, portanto, têm seu valor no vínculo que expressam: a partilha das narrações é uma demonstração de relação com o ambiente tanto quanto com pessoas. Do lado de Patrícia, esses vínculos são o que permitiu uma trajetória de novas possibilidades profissionais. Ao me dizer sobre a importância de seus filhos irem ao sítio da avó para “não se esquecerem da onde vieram” e assim “darem mais valor”, embora seja um lugar geográfico, é igualmente um espaçotempo que se estende. Localidades, bem como pessoas, se vinculam. David Graeber credita a Munn um importante insight que “quebra”, em suas palavras, a dicotomia entre dádiva e mercadoria:

Rather than having to choose between the desirability of objects and the importance of human relations, one can now see both as refractions of the same thing. Commodities have to be produced (and yes, they also have to be moved around, exchanged, consumed . . .), social relations have to be created and maintained; all of this requires an investment of human time and energy, intelligence, concern. If one sees value as a matter of the relative distribution of that, then one has a common denominator (GRAEBER, 2001, p. 45).

Considerações finais

Neste artigo, procurei refletir as interfaces entre valor, tempo e espaço. Ao me debruçar sobre o problema da “regionalidade” dos produtos, percebi que esta não poderia ser tomada como uma variável apriorística: há muito trabalho para construí-la. Acompanhar Linda foi um testemunho de como ela, enquanto mulher migrante venezuelana, conseguiu se estabelecer em uma nova cidade e em novo trabalho. Em particular, interessou-me refletir como a manutenção de

relações de mutualidade e de comércio operam naquele ambiente. A partir de Gudeman (2008), intentei mostrar que o conjunto de relações estabelecidas no espaço da feira deve ser entendido de modo conectivo, tanto entre os setores quanto entre a feira e outros locais de produção. Isso porque, como uma “base”, as comercializações e precificações em jogo não estão subordinadas integralmente à esfera do mercado: importa a feitura de vínculos de confiança e de conhecimento no modo como os produtos são valorizados. Ser “dali” ou “de fora” é um atributo dependente dessas relações e de sua mutabilidade.

Em um segundo momento, procurei demonstrar como a questão da localidade é composta por histórias que dizem respeito a vários lugares e o deslocamento por eles. As histórias contadas na visita ao sítio mostram uma relação de trabalho entre Linda e Patrícia na qual existe investimento de tempo e deslocamento. O tempo objetificado em uma mercadoria por meio do trabalho, como vemos com Marx, dá margem a outras temporalidades em que os lugares importam. A forja de relação entre elas passa por entender como as transações comerciais estão imbricadas com locais de origem que se estendem e se conectam pela mobilidade. Assim, Munn nos ajuda a ver como as relações sociais são os vínculos por meio dos quais as histórias de tempos e lugares se estendem, uma vez que eles não têm valor em si mesmos, mas em suas extensões.

Referências bibliográficas

APPADURAI, Arjun. **Agricultural reason in the shadow of subsistence capitalism: a rural ontology from Western India**. Chicago: HAU Books, 2024.

APPADURAI, Arjun. Introdução. *In*: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Antropologia e Ciência Política: Editora da UFF, 2019. p. 15–81.

BARBARÁ, Michel. Entre o mito e a história: os sentidos da civilização entre os Yuhupdeh do alto rio Negro. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 19, n. 3, p. e20230112, 2024. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2023-0112>.

CANDOTTI, Fabio Magalhães; MELO, Flávia. Para além da integração e do isolamento: mobilidades e presenças na Amazônia urbana. **Mundo Amazônico**, v. 13, n. 1, p. e101227, 1 fev. 2022. <https://doi.org/10.15446/ma.v13n1.101227>.

GEERTZ, Clifford. Suq: the bazaar economy in Sefrou. **Meaning and order in Moroccan society: three essays in cultural analysis**. New York: Cambridge university press, 1979. p. 123–313.

GRAEBER, David. **Toward an anthropological theory of value: the false coin of our own dreams**. New York: Palgrave, 2001.

GUDEMAN, Stephen. **Economy's tension: the dialectics of community and market**. Oxford: Berghahn, 2008.

HUGH-JONES, Stephen. Writing on Stone; Writing on Paper: Myth, History and Memory in NW Amazonia. **History and Anthropology**, v. 27, n. 2, p. 154–182, 14 mar. 2016. <https://doi.org/10.1080/02757206.2016.1138291>.

LASMAR, Cristiane. **De volta ao Lago de Leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro**. São Paulo: ED. UNESP, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw; DE LA FUENTE, Julio. La economía de un sistema de mercados en México - un ensayo de etnografía contemporánea y cambio social en un valle mexicano. **Acta Anthropologica**, v. 1, n. 2, p. 186, 1941 1957.

MARX, Karl. **O capital: Livro I**. trad. Rubens Enderle. 3. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2023.

MORAIS, Dulce Meire; ORJUELA, Florinda Lima; ORJUELA, Norma Lima; NIETO OLIVAR, José Miguel. Regimes de presença e mobilidade no noroeste amazônico: o caso tuyuka em São Gabriel da Cachoeira. **Mundo Amazônico**, v. 13, n. 1, p. e95793, 20 jan. 2022. <https://doi.org/10.15446/ma.v13n1.95793>.

MUNN, Nancy D. **The fame of Gawa: a symbolic study of value transformation in a Massim (Papua New Guinea) society**. Durham: Duke University Press, 1992.

STRATHERN, Marilyn. Sujeito ou objeto? As mulheres e a circulação de bens de valor nas Terras Altas da Nova Guiné. *In*: STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico**. São Paulo: Cosac Naify,

2013. p. 109–132.

TSING, Anna. Sorting out commodities: How capitalist value is made through gifts. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 3, n. 1, p. 21–43, mar. 2013. <https://doi.org/10.14318/hau3.1.003>.

VALLE, Raoni Bernardo Maranhão. **Mentes graníticas e mentes areníticas: fronteira geocognitiva nas gravuras rupestres do baixo rio Negro, Amazônia setentrional**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-12042013-163726/>. Acesso em: 12 abr. 2025.